

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 25 de abril de 2024 • Nº 1790 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

APONSENTADOS

Teto de juros do consignado cairá para 1,68%

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagarão menos nas futuras operações de crédito consignado. Por 14 votos a 1, o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) aprovou ontem o

novo limite de juros de 1,68% ao mês para essas operações. O novo teto é 0,04 ponto percentual menor que o limite atual, de 1,72% ao mês, nível que vigorava desde fevereiro. O teto dos juros para o cartão de crédito consi-

nado caiu de 2,55% para 2,49% ao mês. Propostas pelo próprio governo, as medidas entram em vigor oito dias após a instrução normativa ser publicada no *Diário Oficial da União*, o que ocorrerá nos próximos dias. **PÁGINA 2**

BALANÇO

Lucro da Vale cai 12,9% para R\$ 8,3 bilhões no 1º trimestre

A queda no preço do minério de ferro no mercado internacional pressionou o resultado da Vale no primeiro trimestre. A empresa fechou o período com um lucro líquido de R\$ 8,291 bilhões, cifra 12,9% inferior a registrada entre janeiro e março do ano passado. A mudança no perfil de vendas da Vale também pesou no resultado, influenciado pela maior procura das siderúrgicas chinesas por um minério de baixa qualidade. Esse movimento contribuiu para a queda de 4,4% na receita líquida da empresa, que somou R\$ 41,89 bilhões. Isso porque o minério de ferro é o carro-chefe das vendas da Vale, e a China responde sozinha por 62% das operações. Quando o foco está nos insumos de menor qualidade, a companhia perde o prêmio de qualidade embutido na cotação do produto com alto teor de ferro. Por outro lado, o resultado apresentado pela companhia indicou um aumento no volume de produção e vendas. **PÁGINA 4**

TRIBUTOS

Regulamentação de reforma prevê alíquota média de 26,5%

LULA MARQUES/ABRASIL



Quatro meses após a promulgação da reforma tributária, o governo enviou o primeiro projeto de lei complementar com a regulamentação dos tributos sobre o consumo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (foto D), entregou a proposta ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) (foto E), no início da noite de ontem. A proposta prevê alíquota média do Imposto sobre Valor

Adicionado (IVA) de 26,5%, podendo variar entre 25,7% e 27,3%, informou o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. Atualmente, os bens e os serviços brasileiros pagam, em média, 34% de tributos federais, estaduais e municipais. Com 306 páginas e cerca de 500 artigos, o projeto de lei complementar precisa de maioria absoluta, 257 votos, para ser aprovado. **PÁGINA 2**

PEDIDO DE ASILO

Moraes arquiva caso de Bolsonaro na embaixada

PÁGINA 10

RESPONSABILIDADE

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



Portugal admite crimes ligados à escravidão e fala em reparação

O presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa (foto), reconheceu na terça-feira, que o país "assume total responsabilidade" pelos crimes cometidos durante a escravidão no período colonial e que esses crimes, incluindo massacres coloniais, tiveram "custos" que devem ser pagos. As informações são do jornal britânico *The Guardian*. "Temo que pagar os custos", disse o presidente português em um evento com jornalistas estrangeiros. "Existem ações que não foram punidas e os responsáveis não foram presos? Existem bens que foram saqueados e não foram devolvidos? Vamos ver como podemos consertar isso." **PÁGINA 10**

Rio

Justiça suspende multas de pedágio

PÁGINA 9

INDICADORES

IBOVESPA: -0,33% / 124.740,69 / -407,38 / Volume: R\$ 20.170.224.329 / Negócios: 3.403.067				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,47% (mar.)	EURO turismo				
Maiores Altas				Maiores Baixas		Mais Negociadas		Fechamento		%				
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	38.460,92	+0,11			
PETRORECSA ON NM	22.090	+4,74	+1.000	PETZ ON NM	4,66	-9,51	-0,49	PETROBRAS PN N2	41,23	-0,46	-0,19	NASDAQ Composite	15.712,748	+0,10
IGUATEMI S.AUNT ED N1	21.410	+2,10	+0,440	CASAS BAHIA ON NM	5,680	-4,86	-0,290	VALE ON NM	63,56	+1,24	+0,78	CAC 40	8.091,86	-0,17
P.ACUACAR-CBDON NM	2,82	+1,81	+0,05	VAMOS ON NM	7,000	-4,11	-0,300	ITALUNIBANCO PN N1	31,86	-0,44	-0,14	FTSE 100	8.040,38	-0,06
AMBEV SJA ON	12,04	+1,52	+0,18	USIMINAS PNA N1	8,76	-3,74	-0,34	PETROBRAS ON N2	43,27	-0,44	-0,19	DAX	18.077,71	-0,36
VALE ON NM	63,56	+1,24	+0,78	AZUL PN N2	9,59	-3,52	-0,35	ELETRORAS ON N1	36,76	-1,18	-0,44	Ftse Mib	34.271,12	-0,27

Ufir	R\$ 4,3329	IPCA	0,16% (mar.)	EURO turismo	Compra: 5,5711	Venda: 5,7511
Taxa Selic (01/02)	11,25%	CDI (01/02)	11,15%	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,1592	-0,07%
Poupança 3 (25/04)	0,6131%	OURO	R\$ 385,43	DÓLAR comercial	Compra: 5,1471	Venda: 5,1477
TR (25/04)	0,1125%	BM&F/grama	R\$ 385,43	DÓLAR turismo	Compra: 5,1841	Venda: 5,3641
		EURO Comercial	Compra: 5,5070			
			Venda: 5,5077			

MERCADOS



Bovespa reflete cautela e cai 0,33%, aos 124,7 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) seguiu em baixa, sem conseguir acompanhar a virada pontual dos índices de ações em Nova York ao positivo no meio da tarde de ontem, em dia de retomada da pressão sobre os rendimentos dos Treasuries.

Assim, o Índice Bovespa (Ibovespa) caiu 0,33%, aos 124.740,69 pontos, com giro a R\$ 20,1 bilhões. Na semana, o Ibovespa recua 0,31% e, no mês, cede 2,63% - no ano, perde 7,04%.

Em leve baixa pelo segundo dia, o índice oscilou de 124.555,92 (-0,47%) a 125.472,55, saindo de abertura a 125.149,18 na sessão. O dia foi moderadamente negativo para as ações de maior peso no Ibovespa, à exceção de Vale (ON +1,24%), que divulgou o balanço do primeiro trimestre após o fechamento da B3, nesta noite. As ações de grandes bancos mostraram sinal misto no encerramento, entre -0,44% (Itaú PN) e +0,11% (Santander Unit). O

dia foi levemente negativo para Petrobras (ON -0,44%, PN -0,46%), com o petróleo ainda se ajustando à relativa distensão geopolítica no Oriente Médio.

Na ponta ganhadora, destaque para PetroReconcavo (+4,74%), Iguatemi (+2,10%) e Pão de Açúcar (+1,81%). No lado oposto, Petz (-9,51%), Casas Bahia (-4,86%) e Vamos (-4,11%). No fechamento, os índices de Nova York não conseguiram manter o fôlego de recuperação: Dow Jones -0,11%, S&P 500 +0,02% e Nasdaq +0,1%.

DÓLAR

Após três pregões seguidos de queda, em que acumulou desvalorização de 2,28%, o dólar à vista avançou ontem e voltou a se aproximar do nível de R\$ 5,15 no fechamento. Com máxima a R\$ 5,1718, pela manhã, o dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em alta de 0,35%, cotado a R\$ 5,1482. Na semana, a moeda agora apresenta baixa de 0,98%. Em abril, contudo, ainda acumula valorização de 2,65%.

APOSENTADOS

Teto de juros do consignado do INSS cairá para 1,68%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagarão menos nas futuras operações de crédito consignado. Por 14 votos a 1, o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) aprovou ontem o novo limite de juros de 1,68% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,04 ponto percentual menor que o limite atual, de 1,72% ao mês, nível que vigorava desde fevereiro. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado caiu de 2,55% para 2,49% ao mês.

Propostas pelo próprio governo, as medidas entram em vigor oito dias após a instrução normativa ser publicada no *Diário Oficial da União*, o que ocorrerá nos próximos dias. Normalmente, o prazo seria cinco dias, mas foi estendido a pedido dos bancos.

A justificativa para a redução

foi o corte de 0,5 ponto percentual na Taxa Selic (juros básicos da economia). No fim de março, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu os juros básicos de 11,25% para 10,75% ao ano. Desde agosto, quando começaram os cortes na Selic, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, disse que a pasta acompanha o movimento a fim de propor reduções no teto do consignado à medida que os juros baixarem. As mudanças têm de ser aprovadas pelo CNPS.

Assim como nas últimas reuniões, os bancos têm votado contra a medida, alegando descompasso entre os juros do consignado e a realidade do mercado financeiro. Em fevereiro, as instituições financeiras conseguiram aprovar um dispositivo que insere, como referência para o crédito consignado, a taxa do Depósito Interbancário (DI) no prazo médio de dois anos. Esse indicador é tradicionalmente usado para calcular os

rendimentos das aplicações em renda fixa.

Com o novo teto, os bancos oficiais terão de reduzir as taxas para o consignado do INSS para continuarem a emprestar pela modalidade. Segundo os dados mais recentes do Banco Central (BC), o Banco do Nordeste cobra 1,76% ao mês; e o Banco do Brasil, 1,74% ao mês. O Banco da Amazônia cobra 1,77% ao mês.

Como estão acima do teto atual, essas taxas na prática significam que as instituições suspenderam a oferta desse tipo de crédito. Entre os bancos federais, apenas a Caixa cobra menos que o limite atual de 1,72% ao mês, com taxa de 1,71% ao mês, mas a instituição terá de reduzir a taxa para enquadrar-se no novo teto.

IMPASSE

O limite dos juros do crédito consignado do INSS foi objeto de embates no ano passado. Em março de 2023, o CNPS reduziu

o teto para 1,7% ao ano. A decisão opôs os ministérios da Previdência Social e da Fazenda.

Os bancos suspenderam a oferta, alegando que a medida provocava desequilíbrios nas instituições financeiras. Sob protesto das centrais sindicais, o Banco do Brasil e a Caixa também deixaram de conceder os empréstimos porque o teto de 1,7% ao mês era inferior ao cobrado pelas instituições.

A decisão coube ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que arbitrou o impasse e, no fim de março do ano passado, decidiu pelo teto de 1,97% ao mês. O Ministério da Previdência defendia teto de 1,87% ao mês, equivalente ao cobrado pela Caixa Econômica Federal antes da suspensão do crédito consignado para os aposentados e pensionistas. A Fazenda defendia um limite de 1,99% ao mês, que permitia ao Banco do Brasil, que cobrava taxa de 1,95% ao mês, retomar a concessão de empréstimos.

AGU

Zanin será relator no STF de ação contra desoneração da folha

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O governo federal pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o ministro Cristiano Zanin, indicado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à Corte, seja o relator da ação contra a desoneração da folha de pagamento dos municípios e de 17 setores da economia. O pedido foi analisado pela Secretaria Judiciária, ligada ao presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso.

O motivo para o pedido é que Zanin já é relator de ação apresentada pelo Novo que contesta a medida provisória (MP) do governo que estabeleceu a reoneração.

Segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), ambas ações "possuem inegável vínculo de afinidade temática, razão pela qual ambas devem ser reunidas, por prevenção, aos cuidados instrutórios do mesmo relator".

A ação do governo foi ajuizada

de ontem assinada pelo próprio presidente Lula, além do ministro da AGU, Jorge Messias.

O argumento é que a lei da desoneração, promulgada no final do ano passado, não demonstrou o impacto financeiro da medida, conforme exigido pela Constituição.

"A lacuna é gravíssima, sobretudo se considerado o fato de que a perda de arrecadação anual estimada pela Receita Federal do Brasil com a extensão da política de desoneração da folha de pagamento é da ordem de R\$10 bilhões anuais", argumenta a AGU na petição.

Na mesma ação, a AGU também pede a declaração de constitucionalidade da medida provisória (MP), editada nos últimos dias de 2023, que estipulou limites para a compensação tributária de créditos. Por consequência, quer suspender todas as decisões judiciais que tenham recusado a aplicação da norma.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad entrega projeto de lei complementar ao Congresso

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Quatro meses após a promulgação da reforma tributária, o governo enviou o primeiro projeto de lei complementar com a regulamentação dos tributos sobre o consumo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou a proposta ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), no início da noite de ontem. A proposta prevê alíquota média do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) de 26,5%, podendo variar entre 25,7% e 27,3%, informou o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. Atualmente, os bens e os serviços brasileiros pagam, em média, 34% de tributos federais, estaduais e municipais.

Com 306 páginas e cerca de 500 artigos, o projeto de lei complementar precisa de maioria absoluta, 257 votos, para ser aprovado. Em pronunciamento no Salão Verde da Câmara dos Deputados, Haddad disse ter recebido o compromisso de Lira de votar a pro-

posta no plenário da Casa até o recesso legislativo do meio do ano, previsto para a metade de julho.

"As pessoas podem se assustar um pouco. São cerca de 300 páginas e 500 artigos, mas isso substitui uma infinidade de leis que estão sendo revogadas e substituídas por um dos sistemas tributários que será um dos mais modernos do mundo", declarou o ministro. Segundo Haddad, a alíquota média pode ficar menor que os 26,5% estimados porque o sistema tributário brasileiro será completamente digitalizado, o que coíbe fraudes e aumenta a base de arrecadação.

"Haverá a combinação virtuosa entre dois elementos dessa reforma. O primeiro é a adoção de um imposto de valor agregado, que substitui vários impostos. O segundo elemento é que teremos um sistema tributário totalmente digital. Com a ampliação da base de contribuintes, poderemos ter uma alíquota mais razoável", comentou o ministro. Outros benefícios apontados por Haddad são o

fim da cumulatividade (cobrança em cascata) dos tributos e a não exportação de impostos.

"Mesmo com as exceções que a emenda constitucional trouxe, a alíquota pode ser reduzida [em relação a hoje]. Os investimentos no Brasil serão desonerados, as exportações serão desoneradas, os produtos mais populares, sejam alimentos, sejam produtos industrializados consumidos pelos mais pobres, terão um preço melhor", completou Haddad.

SENADO

Após a entrega do projeto na Câmara, Haddad foi entregar um exemplar impresso na residência oficial do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Nesta quinta-feira, às 10h, o secretário Appy e técnicos da pasta darão entrevista coletiva para explicar os detalhes da regulamentação da reforma tributária.

O projeto entregue nesta quarta-feira inclui a regulamentação do IBS; da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo fe-

deral sobre o consumo; o Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos com risco à saúde e ao meio ambiente; e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que incidirá sobre mercadorias concorrentes das produzidas na Zona Franca de Manaus.

Os temas mais polêmicos são a desoneração da cesta básica e a lista de produtos que terão a cobrança do Imposto Seletivo, cujos detalhes serão revelados nesta quinta. A reforma aprovada no ano passado deixou para o projeto de lei complementar decidir se, por exemplo, alimentos processados e ricos em açúcar sofrerão a cobrança do imposto.

Ao sair da reunião, Haddad se disse confiante na aprovação do projeto ainda este ano, apesar de reconhecer que o Senado terá dificuldade de votar a proposta por causa das eleições municipais de outubro. "Como aconteceu no ano passado, ninguém dizia que uma emenda esperada há 40 anos pudesse ser promulgada", afirmou Haddad.

MÁQUINAS

Governo de SP libera R\$ 600 milhões em créditos do ICMS a agroindústrias

LEANDRO SILVEIRA/AE

O governo do Estado de São Paulo anunciou, ontem, a liberação de R\$ 600 milhões em créditos acumulados do ICMS para incentivar fabricantes de máquinas agrícolas e produtores de proteína animal. Os valores vão ser liberados em duas novas rodadas do Programa de Ampliação de Liquidez de Créditos a Contribuintes com Histórico de Aquisições de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado (ProAtivo), informou o governo esta-

dual em nota.

A primeira das rodadas é destinada a agroindústrias com ao menos um estabelecimento ativo no Estado de São Paulo nas atividades de criação de bovinos para corte, de bufalinos, de caprinos, de ovinos, inclusive para produção de lã, de suínos, de frangos para corte, de pintos de um dia, de aves, exceto galináceos, de peixes em água salgada e salobra, de camarões em água salgada e salobra, de ostras e mexilhões em água salgada e salobra, de pei-

xes, camarões, ostras e mexilhões em água doce. A segunda das rodadas é destinada a fabricantes de máquinas para agricultura e pecuária.

Segundo a Secretaria da Fazenda e Planejamento, as duas rodadas de liberação de créditos seguem o modelo do ProAtivo. As resoluções e portarias que vão regulamentar a iniciativa deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado hoje.

Os pedidos poderão ser apresentados por meio do Sistema de Petição Ele-

trônico da pasta. Os pedidos aceitos serão liberados em até seis parcelas, a partir de junho. Com as duas novas rodadas, o total de liberações de crédito acumulado desde o início do ProAtivo poderá superar R\$ 3,3 bilhões, informou o governo estadual.

A liberação de R\$ 600 milhões compõe um pacote de R\$ 1,4 bilhão em medidas que o governo estadual irá anunciar ao agronegócio na Agrishow, feira com início no próximo domingo em Ribeirão Preto.

Nota

CARREFOUR AMPLIA VENDAS NO 1º TRIMESTRE E SE COMPROMETE A ACELERAR CORTES DE CUSTO

O Carrefour registrou vendas de 22,156 bilhões de euros no primeiro trimestre de 2024, um avanço em termos ajustados de 13,5% ante igual período do ano passado, segundo balanço divulgado nesta quarta-feira. O resultado foi impulsionado principalmente pelo desempenho no Brasil, onde houve um momento de "inflexão", de acordo com a própria empresa. No País, as vendas cresceram 1,3% em uma métrica ajustada. A companhia se comprometeu a ampliar os esforços de redução de custos na França e no resto da Europa. "Novos progressos na implementação do nosso plano estratégico permitem ao grupo ver o resto do ano com confiança e para confirmar suas metas para o ano inteiro de 2024", afirma o CEO da empresa, Alexandre Bompard.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpias, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO

CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58

... continuação

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio - CONCERT

Opinião sobre as demonstrações contábeis Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. - CONCERT ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do

patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. - CONCERT em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas

Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Rio de Janeiro, 20 de março de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013.846/F Rafael Schmidt da Silva Contador CRC 1 SP 258.652/O-3 - S-RJ

Economia

FACEBOOK

Meta amplia lucro no primeiro trimestre para US\$ 12,369 bilhões

MARIA LÍGIA BARROS/AE

A Meta ampliou o lucro mais que o esperado no trimestre, mas revisou para cima sua projeção de gastos para 2024. A empresa informou ontem, que teve lucro líquido de US\$ 12,369 bilhões no primeiro trimestre de 2024 - ou de US\$ 4,71 por ação, em termos ajustados.

O resultado ficou acima da projeção de analistas da FactSet, que previam lucro ajustado de US\$ 4,32. Foi uma alta de mais de 110% em relação a igual período de 2023.

A receita da Meta foi de US\$ 36,455 bilhões nos três primeiros meses deste ano, 27% maior na mesma base comparativa. Nesta caso, a projeção

do mercado era de US\$ 36,14 bilhões.

Para o segundo trimestre, a Meta espera que a receita fique entre US\$ 36,5 bilhões e US\$ 39 bilhões. Entretanto, a empresa elevou o guidance de gastos para o ano completo de 2024 para entre US\$ 96 bilhões e US\$ 99, dos US\$ 94 bilhões a US\$ 99 bilhões previamente informados.

O CEO Mark Zuckerberg classificou que foi um bom começo de ano. "Estamos vendo um crescimento saudável em nossos aplicativos e continuamos fazendo progresso constante na construção do metaverso também", disse ele, no comunicado a investidores, destacando os avanços na frente da inteligência artificial (IA).

PRIMEIRO TRIMESTRE

Queda no preço do minério derruba lucro da Vale em 12,9%

JULIANA GARÇON/AE

A queda no preço do minério de ferro no mercado internacional pressionou o resultado da Vale no primeiro trimestre. A empresa fechou o período com um lucro líquido de R\$ 8,291 bilhões, cifra 12,9% inferior a registrada entre janeiro e março do ano passado.

A mudança no perfil de vendas da Vale também pesou no resultado, influenciado pela maior procura das siderúrgicas chinesas por um minério de baixa qualidade. Esse movimento contribuiu para a queda de 4,4% na receita líquida da empresa, que somou R\$ 41,89 bilhões. Isso porque o minério de ferro é o carro-chefe das vendas da Vale, e a China responde sozinha por

62% das operações.

Quando o foco está nos insumos de menor qualidade, a companhia perde o prêmio de qualidade embutido na cotação do produto com alto teor de ferro.

Por outro lado, o resultado apresentado pela companhia indicou um aumento no volume de produção e vendas.

"Nossas vendas de minério de ferro aumentaram 15% ano a ano, apoiadas por uma produção forte - a maior produção de um 1º trimestre desde 2019. Nos também estamos tendo progresso nos nossos projetos de crescimento, que ajudarão a melhorar a qualidade e flexibilidade do nosso portfólio", afirmou o presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo no relatório do balanço trimestral.

Além de lucro mais fraco, o

"Nossas vendas de minério de ferro aumentaram 15% ano a ano, apoiadas por uma produção forte."

EDUARDO BARTOLOMEO - pres. da Vale

primeiro trimestre trouxe uma série de reveses à Vale, que se combinaram com a queda no preço do minério para levar à desvalorização de 15% nas ações da companhia. O período

foi marcado por um tumultuado processo de sucessão na liderança da empresa, no qual o presidente Lula teria tentado interferir, segundo fontes.

DESEMPENHO

Em relação ao desempenho operacional, a mineradora teve um trimestre melhor do que as expectativas de analistas. De janeiro a março, a companhia produziu 70,8 milhões de toneladas de minério, volume 6% maior que no ano passado.

As vendas ficaram acima do nível verificado no ano passado, quando as atividades no porto foram prejudicadas pelas chuvas sazonais. Os embarques de fins de minério de ferro alcançaram 52,5 milhões de toneladas e os de pelotas, 9,2 milhões de toneladas.

Zoop

Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 19.468.242/0001-32

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.

As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais/

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Zoop Tecnologia & Instituição de Pagamentos S.A. ("Zoop" ou "Companhia") relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023. Mensagem da Administração: No ano de 2023, o cenário macroeconômico global foi marcado por crescimentos variáveis de acordo com cada região, onde as potências econômicas continuaram com o foco na recuperação do equilíbrio econômico após todo fluxo financeiro pós-pandemia (estímulos fiscais), que teve como principal consequência uma inflação de certa forma generalizada. Persistem os desafios da contenção da volatilidade do mercado financeiro, de commodities e dos setores de tecnologia, dado as tensões geopolíticas. Em relação ao mercado brasileiro, 2023 foi caracterizado pelo controle inflacionário e pela busca por reformas estruturais. O setor de agronegócio continua liderando a economia, mas não podemos deixar de pontuar a inovação do setor de tecnologia para serviços financeiros, onde a Zoop se destaca. Sem dúvida a intensificação

da digitalização e a crescente competição entre as fintechs e as instituições tradicionais provocaram positivamente a inovação de produtos financeiros e serviços, principalmente se tratando de pagamentos, onde a jornada de consumo tem se tornado cada vez mais simples e intuitiva, mais inovadora e adaptada de acordo com as preferências de cada usuário. No exercício de 2023, a Zoop apresentou o patrimônio líquido positivo de R\$ 56,6 milhões e lucro líquido de R\$ 8,3 milhões, tratando-se do primeiro lucro anual da Zoop. Este resultado representa a execução de diversas iniciativas e projetos transformadores que integram o plano estratégico da Zoop, e possuem enfoque na atração de novos clientes, aumento de rentabilidade e eficiência de custos. Neste mesmo ano, a Zoop expandiu e consolidou sua atuação na frente de pagamentos atingindo um volume total de R\$ 23,9 bilhões (crescimento de 2% em relação ao ano anterior), distribuídos nas operações de cartão de crédito e débito, PIX e boleto. Essa expansão ocorreu através do crescimento do volume transacional de clientes estratégicos da base, e também de lançamentos de

novas tecnologias como o "Tap On Phone". Além disso, para alcançar os resultados deste exercício, a Zoop conduziu diversas iniciativas de redução de custos e despesas, eficiência fiscal e ações de rentabilidade. A perspectiva de longo prazo é positiva e está ancorada em uma estrutura financeira mais robusta através de novos mecanismos de captação como CCB (cédula de crédito bancário) e FINEP (financiadora de estudos e projetos) e na continuidade da expansão dos serviços de pagamentos e banking. A obtenção da licença de instituição de pagamento emitida pelo Banco Central do Brasil, possibilitará a conexão direta para as operações de PIX e consequentemente uma eficiência de custos. Em 2024 a Zoop intensificará investimentos em marketing, desenvolvimento de novas tecnologias/produtos e a qualificação de funcionários. A Zoop apresenta suficiência de capital e caixa, associado às previsões de lucro dos exercícios a incorrer e garante que não há necessidade de novos aportes dos acionistas para continuidade dos negócios. A Administração

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Table with columns for Ativo Circulante, Não circulante, Total do ativo, Passivo Circulante, Não circulante, Total do passivo, and Total do patrimônio líquido.

Demonstração do Resultado Exercício Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Table showing financial results for the semester and full year, including Revenue, Expenses, and Net Income.

Demonstração do Resultado Exercício - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Table showing financial results for the semester and full year, including Net Income and Other components.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Zoop Tecnologia e Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "Zoop") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, Avenidas das Américas, 700 - Bloco 5, Sala 101, foi constituída em 21 de agosto de 2013. A Companhia tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados soluções financeiras, permitindo que seus clientes utilizem sua plataforma no modelo white label podendo assim personalizar e customizar serviços de cartões, envios e recebimentos de PIX e emissão de boletos, tendo total autonomia para configurar planos e taxas a serem cobrados. No dia 31 de outubro de 2023, a Companhia recebeu a autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") para operar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica, que foi publicada no Diário Oficial da União na mesma data. 2. Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN, quando aplicáveis, e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo BACEN. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. Na elaboração das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2/2020 e os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central: • CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual, aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21. • CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008. • CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa, aprovado pela Resolução BCB nº 02/2020. • CPC 04 (R1) - Ativo intangível, aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016. • CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas, aprovado pela Resolução BCB nº 02/2020. • CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, aprovado pela Resolução CMN nº 4.007/2011. • CPC 24 - Evento subsequente, aprovado pela Resolução BCB nº 02/2020. • CPC 25 - Provi-

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

Table showing cash flow statements for the semester and full year, categorized into Operational, Investment, and Financing flows.

Ricardo Sonoda - Diretor Financeiro e Jurídico

Jéssica Mendes Silva - Contadora CRC 1SP 283.103/O-0



Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

CNPJ Nº 03.538.572/0001-17

Demonstrações Financeiras Resumidas 31 de dezembro de 2023 (conforme Parecer de Orientação da CVM nº 39 de 16/12/2021)

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

cer do conselho fiscal, e o relatório do comitê de auditoria estatutário do conglomerado Petrobras, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) <https://diariodoacionista.com.br/>

b) <https://petrobras.com.br/quem-somos/participacoes-societarias>

As demonstrações financeiras completas, incluindo o relatório da administração, relatório do auditor independente, pare-

Balanco Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	12	49.259	Fornecedores	10.748	4.092
Contas a receber, líquidas	13.729	13.070	Arrendamentos	38	42
Contas a receber - FIDC	60.577	-	- Imposto de renda e contribuição social	3.266	12.378
Imposto de renda e contribuição social	189	2.220	Impostos e contribuições	676	932
Impostos e contribuições	852	1.497	Outros passivos	5	1
Ativo Circulante	75.359	66.046	Passivo Circulante	14.733	17.445
Depósitos Judiciais	89	74	Arrendamentos	157	271
Imposto de renda e contribuição social	5.849	6.151	Passivo não Circulante	157	271
Impostos e contribuições	790	754	Passivo Circulante não Circulante	14.890	17.716
Imposto de renda e contribuição social diferidos	386	397			
Ativo Realizável a longo prazo	7.114	7.376			
			Capital social realizado	57.432	1.501.742
			Reserva de Lucros	11.779	-
Investimentos	1.106	1.032	Prejuízos acumulados	-	(1.444.310)
Imobilizado	185	263	Outros resultados abrangentes	(357)	(431)
Ativo não Circulante	8.385	8.671	Patrimônio líquido	68.854	57.001
Total do Ativo	83.744	74.717	Total do Passivo	83.744	74.717

Demonstração de Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Receita de venda de energia	131.854	-
Custo de energia vendida	(107.117)	-
Lucro bruto	24.737	-
Despesas		
Vendas	(33)	-
Gerais e administrativas	(3.224)	(914)
Tributárias	(335)	(8)
Outras receitas (despesas), líquidas	31	(922)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	(3.561)	(922)
Resultado financeiro líquido	21.176	(922)
Receitas financeiras	6.141	104
Despesas financeiras	(39)	(52)
Variações monetárias, líquidas	855	1
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	28.133	(869)
Imposto de renda e contribuição social	(9.339)	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	18.794	(869)
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,32724	(0,00061)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Reserva de Lucros					Total do patrimônio líquido
	Capital social realizado	Outros resultados abrangentes	Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.426.704	(403)	-	-	(1.424.695)	1.606
Aumento de capital por incorporação	74.238	-	-	-	-	74.238
Integralização de capital	800	-	-	-	-	800
Variações patrimoniais por incorporação	-	-	-	-	(18.746)	(18.746)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(869)	(869)
Mudança no valor justo: Investimento	-	(26)	-	-	-	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.501.742	(431)	-	-	(1.444.310)	57.001
Redução de capital	(1.444.310)	-	-	-	1.444.310	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.794	18.794
Destinação:						
Apropriações do lucro líquido em reserva	-	-	940	-	(940)	-
Dividendos intermediários pagos de 2023	-	-	-	10.839	(10.839)	-
Atualização monetária sobre dividendos intermediários de 2023	-	-	-	-	(6)	(6)
Dividendos adicionais propostos de 2023	-	-	-	10.839	(10.839)	-
Mudança no valor justo: Investimento	-	74	-	-	-	74
Saldos em 31 de dezembro de 2023	57.432	(357)	940	10.839	-	68.854

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	18.794	(869)
Mudança no valor justo do investimento	74	(28)
Resultado abrangente total	18.868	(897)

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	12.308	(1.305)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos	(54.505)	48.615
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de financiamentos	(7.050)	800
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(49.247)	48.110
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.259	1.149
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12	49.259

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Receitas	145.261	-
Insumos adquiridos de terceiros	(111.077)	(914)
Valor adicionado (consumido) bruto	34.184	(914)
Depreciação e amortização	(22)	-
Valor adicionado (consumido) líquido pela empresa	34.162	(914)
Valor adicionado recebido em transferência	6.930	105
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	41.092	(809)
Distribuição do valor adicionado (consumido)		
Tributos	22.325	8
Instituições financeiras e fornecedores	(27)	52
Acionistas	18.794	(869)
Valor adicionado (consumido) total distribuído	41.092	(809)

Notas explicativas às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1.A Companhia e suas operações

A Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. ("PBEN-P" ou a "Companhia"), iniciou suas atividades como sociedade por quotas de responsabilidade limitada; constituída em 22 de novembro de 1999, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, com objeto social de participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Em 1º de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foram alteradas a razão social para Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. - PBEN-P e o objeto social: (i) o comércio, a importação e a exportação de gás natural, energia elétrica e de vapor d'água, bem como de produtos das indústrias de gás natural, de geração e cogeração de energia elétrica em geral; (ii) a prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as atividades; e (iii) a participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, respeitadas as normas e os regulamentos que lhe forem aplicáveis.

A Companhia mantém transações com a Controladora Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1.Reestruturação societária

Em 31 de dezembro de 2022, com o objetivo de otimizar a carteira de participações do conglomerado PETROBRAS, a Companhia incorporou a Petrobras Comercializadora de Energia S/A (PBEN), empresa controlada da Petrobras que tinha como objeto social principal a comercialização de energia elétrica. Nessa data, foi aprovada em assembleia geral de ambas as Companhias, a incorporação da PBEN pela PBEN-P, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação, por meio da versão integral do patrimônio líquido da PBEN para a PBEN-P, avaliado a valor contábil no montante de R\$ 74.238, na data base de 30 de setembro de 2022, sendo assim registrado como aumento de capital. As variações patrimoniais da PBEN ocorridas entre a data base do laudo e a data da incorporação, no montante de R\$ 18.746, foram assumidas pela incorporadora, extinguindo e sucedendo a PBEN em todos os direitos e obrigações.

As variações de patrimônio líquido da PBEN efetivadas entre a data do laudo de incorporação (30 de setembro de 2022) e a data da incorporação (31 de dezembro de 2022), no total de R\$ 18.746, as quais foram assumidas pela incorporadora, podem ser melhor visualizadas conforme o detalhamento abaixo:

Ativo	PBEN-P Antes Incorporação	PBEN			PBEN-P Após Incorporação
		Acervo laudo de incorporação	Variações patrimoniais até data incorporação	Saldo incorporado	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	643	60	48.556	48.616	49.259
Contas a receber - clientes		12.057	1.013	13.070	13.070
Contas a receber - FIDC		73.497	(73.497)	-	-
Imposto de renda e contribuição social			837	2.188	2.220
Impostos e contribuições	32	1.351	31	1.497	1.497
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais		70	4	74	74
Imposto de renda e contribuição social			(134)	6.151	6.151
Impostos e contribuições		6.285	(694)	754	754
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.448			
Investimento		400	(3)	397	397
Imobilizado	1.032				1.032
	77	166	20	186	263
Passivo e PL					
Circulante					
Fornecedores		164	(6.518)	3.928	4.092
Arrendamentos mercantis		31	(3)	11	42
Imposto de renda e contribuição social			1.304	12.378	12.378
Impostos e contribuições	1	11.074	70	931	932
Outras contas a pagar		1	0	1	1
Não Circulante					
Arrendamentos mercantis		79	166	192	271
Patrimônio Líquido	1.510				57.001
Ativo Líquido Incorporado		74.238	(18.746)	55.492	

As duas Companhias são subsidiárias integrais da Petrobras, portanto não foram atribuídas ações da PBEN aos acionistas da PBEN-P, que teve extinta a totalidade das ações.

2.Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis

nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Administração da Companhia, em reunião realizada em 08 de março de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1.Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2.Moeda funcional

A moeda funcional da PBEN-P é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3.Práticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações, disponíveis nas demonstrações financeiras completas, conforme lista a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Contas a receber - FIDC;
- Investimentos;
- Imobilizado;
- Arrendamento;
- Patrimônio líquido - Capital social;
- Receita de venda de energia;
- Processos judiciais não provisionados;
- Instrumentos financeiros.

4.Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração, e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações sobre as estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1.Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres de seus assessores jurídicos, e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Decisões judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

4.2.Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

4.3.Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

continua



Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

CNPJ Nº 03.538.572/0001-17



5. Novas normas e interpretações

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants - Amendments to IAS 1	Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório em até 12 meses após a data de reporte. As emendas estabelecem as características dos acordos de financiamento envolvendo fornecedores e, que devem ser divulgadas determinadas informações relacionadas a tais acordos de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. As emendas estabelecem que quando uma moeda não for permutável por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a permutabilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da permutabilidade.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Supplier Finance Arrangements - Amendments to IAS 7 and IFRS 7	Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é permutável por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não permutável por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.
Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21		

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23	Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants (Amendments to IAS 1) Lease Liability in a Sale and Leaseback (Amendments to IFRS 16)	1º de janeiro de 2024 1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24	Supplier Finance Arrangements (Amendments to IAS 7 and IFRS 7)	

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

6. Patrimônio líquido

6.1. Resultado por ação

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) do período atribuível aos acionistas	18.794	(869)
Quantidade de ações	57.432.182	1.427.503.742
Resultado do período e diluído por ações (R\$ por ação)	0,32724	(0,00061)

6.2. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais no mínimo obrigatório. Os dividendos intermediários relativos ao resultado apurado no período de janeiro a junho de 2023, no montante de R\$ 7.009, foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia em 06 de dezembro de 2023, e pagos à Petrobras em 28 de dezembro de 2023.

	2023
Lucro do exercício	18.794
Lucro básico para determinação de dividendos	18.794
Base para determinação da Reserva de Lucro	18.794
Apropriação:	
Reserva legal	940
Lucro básico para determinação do dividendo	17.854
Dividendos propostos:	
Dividendos intermediários	7.009
Atualização monetária dividendos intermediários	6
Dividendos adicionais propostos	10.839
Total de dividendos	17.854

Relatório do Auditor Independente Resumido

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços listados abaixo. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 08 de março de 2024 sem modificações.

a) <https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>

b) <https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/participacoes-societarias>

Parer do Conselho Fiscal – 2023

O parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está disponível nos endereços listados abaixo. O referido parecer do Conselho Fiscal, foi emitido em 14 de março de 2024 e, opina que os documentos apresentados estão em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

a) <https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>

b) <https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/participacoes-societarias>

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras – Exercício Social 2023

O referido Relatório, foi emitido em 05 de março de 2024, e declara que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração, os Auditores Independentes da KPMG e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras sobre as atividades realizadas de assessoramento ao Conselho de Administração, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está disponível nos endereços listados abaixo:

a) <https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>

b) <https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/participacoes-societarias>

Diretoria executiva

RODRIGO PIMENTEL FERREIRA LEÃO
Diretor Presidente

MARCELO DE ANDRADE
Diretor Técnico Comercial

GUSTAVO CESAR COTRIM CORREA DA COSTA
Diretor Administrativo

Manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (“CAECO”)

Manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (“CAECO”)

A Manifestação foi emitida em 05 de março de 2024 e declara que tomou conhecimento das informações apresentadas e recomendou ao órgão competente da PBEN-P a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Manifestação completa pode ser encontrada nos seguintes endereços:

• <https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2/>

• <https://petrobras.com.br/pt/quem-somos/participacoes-societarias/>

Rio de Janeiro, 07 de março de 2024.

Michele Moraes Fukumoto

Coordenadora da Gerência de Suporte ao Conselho de Administração

ANCAR IC S.A.

CNPJ Nº 08.011.767/0001-28

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentação à V. Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023. A Diretoria

Balanço Patrimonial em 31/12/2023 e de 2022 (Em MRS)		DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2023 (Em MRS)					Demonstrações do Resultado em 31/12/2023 e de 2022 (Em MRS)		
	2023	2022					2023	2022	
ATIVO			Reserva de Lucros						
Circulante	27.738	10.945					Receita líquida de vendas e serviços	80.408	71.532
Não Circulante	1.045.711	907.216					Custos dos Serviços prestados	(3.011)	(7.660)
TOTAL DO ATIVO	1.073.449	918.161					Lucro bruto	77.397	63.872
PASSIVO							Outras receitas (despesas) Operacionais:	(18.714)	(22.459)
Circulante	59.483	46.228	Capital Social	231.641	231.641	Reserva de Lucros	136.385	83.714	
Não Circulante	324.742	289.235	Reserva de Capital	52.600	52.600	Lucros Acumulados	(55.362)	(36.974)	
Patrimônio Líquido	689.224	582.698	Reserva Legal	19.203	177.014	Total	139.706	88.153	
TOTAL DO PASSIVO	1.073.449	918.161	Reserva de Retenção de Lucros	35.023	239.823	Lucro (Prejuízo) por Ação	0,13	0,09	
Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e de 2022 (Em MRS)			Saldo em 31/12/2021					NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
	2023	2022	Aumento de capital					A Ancar IC S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Ivanhoe Broz-Fundo de investimento em Participações com participação de 84,42%, Ivanhoe Brazil Equity Inc. com 13,54%, Ricardo B. de Carvalho com 0,34%, Roberto B. de Carvalho com 0,34%, Luciana B. de Carvalho com 0,34%, Marcos B. Carvalho com 0,34%, Marcelo B. Carvalho com 0,34% e Mariana B. de Carvalho Oliveira com 0,34% do capital social. Sua principal atividade é o desenvolvimento e a exploração comercial de empreendimentos do tipo Shopping Centers.	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	12.269	(17.762)	Resultado do Exercício	284.241	35.023	23.611	239.823	139.706	139.706
Caixa e equivalentes de caixa			Constituição de reservas					6.985	99.541
No início do exercício	1.763	19.525	Constituição de dividendos					(33.180)	(33.180)
No fim do exercício	14.032	1.763	Saldo em 31/12/2023	284.241	35.023	30.596	339.364		

Diretores: Marcos Baptista Carvalho, Tarso Rebello Dias e Marcelo Baptista Carvalho; Contador: Carla Barbosa Queiroz Leal-CRC: 117827/O-8 RJ

BRASC SHOPPING CENTERS S.A.

CNPJ: 31.422.025/0001-07

Relatório da administração: Senhores acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, a Administração da Brasc Shopping Centers S.A., tem a honra de submeter à apreciação de V.Sas. DFs referente ao exercício findo em 31/12/2023. Os valores apresentados revelam os resultados alcançados no exercício, bem como a posição patrimonial da Sociedade. Colocamos-nos à disposição para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Administração.

Balanço patrimonial levantado em 31/12/2023 e 2022 (Em MRS)		Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 (Em MRS)					Demonstração do fluxo de caixa em 31/12/2023 e 2022 (em MRS)		
	31/12/2023	31/12/2022					31/12/2023	31/12/2022	
ATIVO			Reserva de Lucros						
Circulante	47.166	29.819					Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Não Circulante	1.837.941	1.739.742					Lucro líquido do exercício	173.961	162.986
TOTAL DO ATIVO	1.885.107	1.769.561					Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:	(69.466)	(64.935)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							Redução (aumento) nos ativos operacionais	(4.797)	(2.074)
Circulante	112.298	49.248	Saldo em 31/12/2021	1.103.832	50.512	220.635	162.986	3.797	2.876
Não Circulante	328.701	291.350	Complemento de dividendos 2022			(15.000)		103.495	98.853
Patrimônio Líquido	1.444.108	1.428.963	Lucro líquido do exercício			8.149			
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.885.107	1.769.561	Constituição de reserva legal						
Demonstração do resultado em 31/12/2023 e 2022			Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
	31/12/2023	31/12/2022	Investimentos em controladas						
(Em MRS, exceto o lucro (prejuízo) por ação)			Investimentos em propriedades para investimento					1.770	(414)
Receita líquida de vendas e serviços	119.275	112.506	Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento					1.770	(414)
Custo dos serviços prestados	(5.372)	(6.554)	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Lucro operacional bruto	113.903	105.952	Dividendos e JSCP pagos					(103.300)	(102.479)
Receitas (despesas) operacionais			Caixa aplicado nas atividades de financiamentos					(103.300)	(102.479)
Gerais, administrativas e comerciais	(2.862)	(5.026)	Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa						
Ganho (perda) com ajuste a valor justo das propriedades para investimentos	92.643	104.474	Caixa e equivalentes de caixa					1.965	(4.040)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.430	(893)	Saldo no início do exercício					6.681	10.721
Ganho na alienação de propriedades para investimentos	4.397		Saldo ao final do exercício					8.646	6.681
Lucro (prejuízo) operacional	209.511	204.507	Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa						
Resultado financeiro	483	(1.781)	Investimentos em propriedades para investimento					1.770	(414)
Resultado de equivalência patrimonial	(412)	46	Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento					1.770	(414)
Resultado antes dos impostos	209.582	202.772	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
I.R. e C.S. corrente e diferidos	(35.621)	(39.786)	Dividendos e JSCP pagos					(103.300)	(102.479)
Lucro líquido do exercício/período	173.961	162.986	Caixa aplicado nas atividades de financiamentos					(103.300)	(102.479)
Lucro (prejuízo) por ação-R\$	149,19	139,78	Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa						
			Investimentos em propriedades para investimento					1.770	(414)
			Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento					1.770	(414)

Notas Explicativas: 1. Informações Gerais: A Sociedade tem por objeto social a locação de bens imóveis próprios, a organização, administração e exploração comercial de "shopping centers" próprios, e a participação no capital de outras empresas. 2. Declaração de Conformidade: As DFs foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquela incluída na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. 3. Principais Políticas Contábeis: Caixa e Equivalentes de Caixa – representam saldo de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras.

DIRETORIA: Marcos Baptista Carvalho – Diretor Presidente. Tarso Rebello Dias – Diretor Financeiro.

CONTADORA: Carla Barbosa Queiroz Leal – CRC-RJ – 117827/O-8 RJ.

Diário do
Acionista

As publicações legais de sua
empresa com o melhor
preço em
um jornal de qualidade

Tels.: (21)

99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br



COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB

CNPJ Nº 42.124.893/0001-74

www.rio.rj.gov.br/comlurb

Relatório da Diretoria

Mensagem do Dirigente: Em 2023, a COMLURB através da Diretoria de Serviços Urbanos iniciou estudos visando a contratação de uma empresa para o desenvolvimento de um sistema que otimizará a gestão de manutenção e conservação das praças públicas...

agricultura urbana. Ainda no Ecoparque do Caju, em 2024, será iniciada a operação do Banco de Alimentos, fruto do acordo de Cooperação Internacional entre as Prefeituras das Cidades do Rio de Janeiro e de Colômbia, na Alemanha...

Balanco Patrimonial - Exercício 2023

Table with columns: ATIVO, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante, Patrimônio Líquido. Rows include Ativo Circulante, Caixa e Equivalente de Caixa, etc.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício 2023

Table with columns: Patrimônio Social/ Capital Social, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Resultados Acumulados. Rows include Saldo Inicial do exercício anterior, Ajustes de exercícios anteriores, etc.

obedeceu ao art. 35, I, da Lei nº 4.320/64, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas...

a avaliação de mercado decorrente da permuta realizada entre a COMLURB e a Prefeitura do Rio de Janeiro...

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

Table with columns: Ativo (I), Passivo (II), Saldo Patrimonial (III) = (I - II). Rows include Ativo Financeiro, Ativo Permanente, etc.

3.6. Estoques: Os bens de almoxarifado/estoque são mensurados pelo custo médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64...

3.9. Intangível: O reconhecimento inicial dos ativos intangíveis é efetuado pelo valor de aquisição ou de desenvolvimento, incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a sua finalidade...

Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

Table with columns: Atos Potenciais Ativos, Atos Potenciais Passivos. Rows include Garantias e Contragarantias recebidas, Demandas Judiciais, etc.

4.2. Balanço Financeiro: A Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23/02/2021, estabeleceu a padronização das fontes e destinações de recursos...

As principais despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2023, de acordo com a sua fonte de custeio foram:

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

Table with columns: Fontes de Recursos, Total das Fontes de Recursos. Rows include Ordinários não Vinculados, Ordinários não Vinculados - Alienação de Bens, etc.

Table with columns: Detalhamento, Valor Empenhado, Valor Liquidado, Valor Pago. Rows include Pessoal e encargos, Outras Despesas Correntes, etc.

Table with columns: Detalhamento, Valor Empenhado, Valor Liquidado, Valor Pago. Rows include Receita Patrimonial, Receita de Serviços, etc.

Demonstração do Resultado - Exercício 2023

Table with columns: Especificação, 2023, 2022. Rows include Receita Bruta, Despesas Administrativas e Tributárias, Resultado Financeiro Líquido, etc.

Ingressos

Table with columns: Exercício Atual, Exercício Anterior. Rows include Receita Orçamentária, Transferências Financeiras Recebidas, etc.

4.3.2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: Os saldos registrados neste grupo referem-se aos demais créditos não recebidos até 31/12/2023...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Prestação de Serviços - Intra, Prestação de Serviços - Terceiros, etc.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício Findo em 31/12/2023

1. Contexto Operacional: A Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB é uma empresa, pessoa jurídica de direito privado, tendo a sua sede administrativa situada na Rua Major Ávila, nº 358 - Tijuca, nesta cidade. Foi criada pelo Decreto-Lei nº 102 de 15/05/1975, vinculada à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA...

4.2.1. Transferências Financeiras Recebidas: Os valores das Transferências Recebidas para a execução orçamentária são registrados no Balanço Financeiro na coluna ingressos...

4.3.3. Estoques: Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Produtos e Serviços em Elaboração, Matérias-primas, Almoarifado, etc.

4.3.4. Realizável a Longo Prazo: Compreende exclusivamente os valores de subvenções a receber com vencimento no longo prazo...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Subvenções a Receber, Total, etc.

4.3.1. Créditos a Curto Prazo: Compreende os valores a receber por fornecimento de serviços realizáveis até 31/12/2023...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Trabalhistas, etc.

4.3.2. Restos a Pagar: Os valores inscritos em Restos a Pagar em 31/12/2023 são demonstrados no Balanço Financeiro na coluna de ingressos...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.3. Créditos a Curto Prazo: Compreende os valores a receber por fornecimento de serviços realizáveis até 31/12/2023...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.4. Realizável a Longo Prazo: Compreende exclusivamente os valores de subvenções a receber com vencimento no longo prazo...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.5. Depreciação de Bens Imóveis: Compreende os direitos que tenham por objeto bens imóveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.6. Imobilizado: Compreende os direitos que tenham por objeto bens móveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.7. Bens Móveis: Compreende os bens móveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.8. Bens Imóveis - Custo de Aquisição: Compreende os bens imóveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.9. Bens Móveis - Custo de Aquisição: Compreende os bens móveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.10. Bens Imóveis - Custo de Aquisição: Compreende os bens imóveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.11. Bens Móveis - Custo de Aquisição: Compreende os bens móveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.12. Bens Imóveis - Custo de Aquisição: Compreende os bens imóveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.13. Bens Móveis - Custo de Aquisição: Compreende os bens móveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.14. Bens Imóveis - Custo de Aquisição: Compreende os bens imóveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.15. Bens Móveis - Custo de Aquisição: Compreende os bens móveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.16. Bens Imóveis - Custo de Aquisição: Compreende os bens imóveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.17. Bens Móveis - Custo de Aquisição: Compreende os bens móveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.18. Bens Imóveis - Custo de Aquisição: Compreende os bens imóveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.19. Bens Móveis - Custo de Aquisição: Compreende os bens móveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

Table with columns: Detalhamento, 31/12/2023 R\$, 31/12/2022 R\$. Rows include Respaído Orçamentário, Depósitos Judiciais - Ações Cíveis, etc.

4.3.20. Bens Imóveis - Custo de Aquisição: Compreende os bens imóveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade...

RIO SANTOS

Justiça suspende multas por evasão de pedágio 'free flow'

FABIO GRELLET/AE

A Justiça Federal suspendeu todas as multas aplicadas por evasão de pedágio aos veículos que trafegaram pela Rodovia Rio-Santos (BR-101), no trecho entre o km 380,8 (entroncamento com a BR-465, na bairro de Campo Grande, zona oeste do Rio) e o km 599, onde fica a divisa entre os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, no município de Ubaituba, desde 31 de março de 2023, quando o sistema "free flow" (pagamento automático) começou a gerar multas até agora.

A decisão judicial também proibiu a aplicação de novas multas até que seja comprovada a eficiência do sistema. Estima-se que até agora tenham sido aplicadas 32 mil multas, mas a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) não confirmou esse número nem informou outro.

O sistema "free flow" consiste numa praça de pedágio "eletrônica", em que os veículos não param e não há barreira física. Esse trecho da Rio-Santos foi o primeiro do País a adotar o sistema, em caráter experimental.

Sensores eletrônicos suspensos identificam todos os veículos que passam por três pontos da rodovia - os km 414, em Itaguaí, 447, em Mangaratiba, e

"Há inúmeros documentos juntados aos autos (fotos, autos de infração, mensagens de WhatsApp etc) que evidenciam as recorrentes falhas noticiadas pelos usuários."

RAMA ELIZABETH MENDES - juíza

538, em Paraty - e emitem cobranças automáticas.

O valor é de R\$ 4,10 das 6h de segunda-feira às 18h de sexta-feira e, nos finais de semana (das 18h de sexta-feira às 6h de segunda-feira) e feriados, passa a R\$ 6,80. Para veículos comerciais, a cobrança é multiplicada pelo número de eixos. Motos, ambulâncias, veículos oficiais e do Corpo Diplomático são isentos do pagamento.

Se o veículo tiver a etiqueta eletrônica (TAG) das empresas que permitem a passagem em pedágios (Sem Parar, MoveMais, ConectCar, Taggy e Veloe), o valor do pedágio é debitado direto na fatura da operadora.

Se o veículo não tem TAG, em até 48 horas o sistema gera cobrança que deve ser acessada eletronicamente e paga no prazo de 15 dias corridos.

De 30 de janeiro a 30 de março de 2023, o sistema funcionou sem gerar multas; elas passaram a ser aplicadas em 31 de março.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), desde então centenas de reclamações já foram oficializadas por meio de ações judiciais individuais ou registros em diversos canais de atendimento: multas aplicadas a veículos que usam TAG e pagaram o pedágio regularmente, duas multas geradas com números diferentes pela passagem do mesmo veículo por um pedágio eletrônico no mesmo dia e hora, falta de sinalização sobre as formas de pagamento.

Essas reclamações geraram primeiro um inquérito civil público e por fim ação civil pública proposta em 15 de abril pelo MPF, pela Defensoria Pública da União e pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro perante a 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro contra três réus: a ANTT, a União, representada pela Advocacia Geral da União, e a concessionária CCR Rio-São Paulo, que opera os pedágios.

Em decisão divulgada na ter-

ça-feira passada, a juíza Frana Elizabeth Mendes suspendeu as multas já aplicadas, além de proibir a emissão de novas multas enquanto não for comprovada a eficiência do sistema.

"Há inúmeros documentos juntados aos autos (fotos, autos de infração, mensagens de WhatsApp etc) que evidenciam as recorrentes falhas noticiadas pelos usuários que se utilizam do sistema, como, por exemplo, falta de sinalização visível na rodovia quanto aos procedimentos necessários para pagamento, cobranças em duplicidade, cobranças de multa mesmo após pagamento, cobranças de veículos isentos, tarifas sendo cobradas após mais de dez dias da data da passagem do veículo, autos de infração com números diferentes mas data e hora de passagens iguais, lançamento de tarifas pela concessionária mesmo nos casos de usuários conduzindo veículo com TAG, cobranças efetivadas sobre veículos com mais eixos do que realmente possuem, dentre outras", escreveu a magistrada.

"No curso do inquérito civil público, tanto a concessionária quanto a ANTT não compareceram à audiência pública, sob o argumento de que 'o Free Flow funcionaria de maneira adequada', o que não corresponde à realidade", seguiu.

SEGURANÇA

Castro dá posse ao novo secretário de Polícia Militar

RAFAEL CAMPOS/GOVERNO DO RIO DE JANEIRO



O governador Cláudio Castro (foto) deu posse, na manhã de ontem, ao novo secretário de Polícia Militar, o coronel Marcelo de Menezes Nogueira. A solenidade ocorreu na Academia de Polícia Militar Dom João VI, em Sulacap, e simboliza a passagem de comando do coronel Luiz Henrique Marinho Pires.

Nomeado secretário de estado na última quinta-feira, o coronel Marcelo de Menezes está na instituição há 34 anos. O oficial já comandou diversas unidades e possui vasta experiência como chefe de sessões de planejamento, inteligência, operacionais e administrativas.

"É fundamental, depois de quase três anos, podermos voltar a ter alguém da ativa à frente da corporação. Evoluímos bem, mas precisamos evoluir mais, construir uma sensação de segurança que deixe a população mais tranquila para ir e vir, e empreen-

dedores mais atraídos para vir para o Rio de Janeiro", afirmou o governador Cláudio Castro.

Após a posse, o coronel Marcelo de Menezes Nogueira reafirmou o compromisso com a continuidade da gestão eficiente da Polícia Militar.

"Comprometo-me desde já a trabalhar com afinco no poder da capacitação contínua dos nossos policiais, no respeito aos direitos humanos e na atuação proativa na prevenção do crime, visando sempre a construção de uma sociedade mais justa e segura para todos. É imprescindível uma união de esforços. Por isso a importância da integração das atividades policiais com as instituições que formam o sistema de segurança pública e de justiça criminal, em nível municipal, estadual e federal", afirmou o novo secretário estadual de Polícia Militar.

PROSPERIDADE-EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ: 21.587.321/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em R\$)		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em R\$)		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2021 (em R\$)					
ATIVO	2021	2020	2021	2020	Capital Social	Ajustes Exercícios Anteriores	Lucros Acumulados/Prejuízos Acumulados	AFAC-P/ FUTURO AUMENTO CAPITAL	Total
CIRCULANTE									
Disponível			41.464,93	14.493,53					
Bancos Contas Movimento	1,00	12.001,00	1.122,35	1.170,84					
Aplicações Financeiras	46,71	3.372,65	(42.587,28)	(15.664,37)					
	47,71	15.273,65							
REALIZÁVEL									
Créditos a Receber de pessoas ligadas	505.775,55	505.775,55							
Imobilizações em Andamento									
Desenvolvimento do Projeto Mogi Mirim	228.337,89	228.337,89							
NÃO CIRCULANTE									
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	7.552.715,43	7.552.715,43							
Investimentos Quotas de Capital	495.000,00	495.000,00							
	8.047.715,43	8.047.715,43							
Total do Ativo	8.781.876,58	8.781.876,58							
PASSIVO									
CIRCULANTE									
Investya Empreendimentos Imobiliários Ltda	64.102,16	64.102,16							
Infinity 33 Empreendimentos Imobiliários Ltda	2.000,00	2.000,00							
NÃO CIRCULANTE									
Mútuo entre empresas	171.756,41	129.121,46							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital Social Subscrito	8.888.200,00	8.888.200,00							
Capital Social a Integralizar	-	-							
Prejuízos Acumulados	(344.182,03)	(286.321,10)							
Patrimônio Líquido	8.544.017,97	8.601.878,90							
Total do Passivo	8.781.876,58	8.797.102,52							

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia Prosperidade Empreendimentos Imobiliários S.A. (Prosperidade S.A.) desenvolveu ao longo de 2021 trabalho intenso para promover diretamente, através de uma reestruturação jurídico-administrativo-financeira, todas as medidas necessárias ao desenvolvimento da infraestrutura do loteamento com vistas a possibilitar o lançamento da 1ª Fase do Empreendimento. Em Julho/2021, em razão de algumas reformulações ocorridas no grupo econômico do qual a empresa Tecnisa faz parte, as empresas Tecnisa Urbanizadora Ltda. (Tecnisa) e a "Prosperidade S.A." decidiram celebrar o distrato do Instrumento Particular de Compromisso para Desenvolvimento do Empreendimento. No mesmo ano, após serem identificados erros materiais, cometidos pela Tecnisa na aprovação do projeto junto à Prefeitura e ao GRAPROHAB, a Prosperidade S.A. iniciou a retificação de tais informações junto aos referidos órgãos públicos, enfrentando diversas dificuldades e obstáculos decorrentes do período pandêmico, principalmente considerando o acesso restrito ao poder público. A aprovação perante a Prefeitura de Mogi Mirim se deu através do decreto nº 8.430 de 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em R\$)		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em R\$)		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022 (em R\$)					
ATIVO	2022	2021	2022	2021	Capital Social	Ajustes Exercícios Anteriores	Lucros Acumulados/Prejuízos Acumulados	AFAC-P/ FUTURO AUMENTO CAPITAL	Total
CIRCULANTE									
Disponível			43.019,02	41.344,07					
Bancos Contas Movimento	1,00	1,00	1.390,01	1.243,21					
Aplicações Financeiras	148,27	46,71	(44.409,03)	(42.587,28)					
	149,27	47,71							
REALIZÁVEL									
Créditos a Receber de pessoas ligadas	505.775,55	505.775,55							
Imobilizações em Andamento									
Desenvolvimento do Projeto Mogi Mirim	228.337,89	228.337,89							
INVESTIMENTOS									
Prosperidade I	110,00								
NÃO CIRCULANTE									
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	7.552.715,43	7.552.715,43							
Investimentos Quotas de Capital	495.000,00	495.000,00							
	8.047.715,43	8.047.715,43							
Total do Ativo	8.782.088,14	8.781.876,58							
PASSIVO									
CIRCULANTE									
Investya Empreendimentos Imobiliários Ltda	64.102,16	64.102,16							
Infinity 33 Empreendimentos Imobiliários Ltda	2.000,00	2.000,00							
NÃO CIRCULANTE									
Mútuo entre empresas	216.377,04	171.756,41							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital Social Subscrito	8.888.200,00	8.888.200,00							
Capital Social a Integralizar	-	-							
Prejuízos Acumulados	(388.591,06)	(344.182,03)							
Patrimônio Líquido	8.499.608,94	8.544.017,97							
Total do Passivo	8.782.088,14	8.781.876,58							

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No ano de 2022, em continuidade ao trabalho de reavaliação do projeto retificado junto ao GRAPROHAB, a Prosperidade Empreendimentos Imobiliários S.A. (Prosperidade S.A.) submeteu novamente perante os órgãos públicos municipais a documentação advinda do GRAPROHAB para também regularização junto à Prefeitura de Mogi Mirim. No mesmo período a companhia deu continuidade às etapas previstas no 5º termo aditivo junto aos antigos proprietários das áreas em aprovação. A fim de obter um novo cenário financeiro devido à ocorrência do distrato com a Tecnisa Urbanizadora Ltda. e o curso do empreendimento no tempo, a Prosperidade S.A. buscou novas possibilidades de orçamentos e estudos de custos de infraestrutura com o objetivo de apurar a real situação de consolidação do empreendimento.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em R\$)		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (em R\$)		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2023 (em R\$)					
ATIVO	2023	2022	2023	2022	Capital Social	Ajustes Exercícios Anteriores	Lucros Acumulados/Prejuízos Acumulados	AFAC-P/ FUTURO AUMENTO CAPITAL	Total
CIRCULANTE									
Disponível			133.452,56	43.019,02					
Bancos Contas Movimento	(186,46)	1,00	1.775,54	1.390,01					
Aplicações Financeiras	(363,35)	148,27	(135.228,10)	(44.409,03)					
	(549,81)	149,27							
REALIZÁVEL									
Créditos a Receber de pessoas ligadas	693.157,56	505.775,55							
Imobilizações em Andamento									
Desenvolvimento do Projeto Mogi Mirim	321.089,76	228.337,89							
INVESTIMENTOS									
Prosperidade I									
NÃO CIRCULANTE									
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	7.552.715,43	7.552.715,43							
Investimentos Quotas de Capital	495.000,00	495.000,00							
	9.061.412,94	8.782.088,14							
Total do Ativo	9.061.412,94	8.782.088,14							
PASSIVO									
CIRCULANTE									
Investya Empreendimentos Imobiliários Ltda	64.102,16	64.102,16							
Infinity 33 Empreendimentos Imobiliários Ltda	2.000,00	2.000,00							
NÃO CIRCULANTE									
Mútuo entre empresas	292.980,94	216.377,04							
	337.949,00	-							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital Social Subscrito	8.888.200,00	8.888.200,00							
Capital Social a Integralizar	-	-							
Prejuízos Acumulados	(523.819,16)	(388.591,06)							
Patrimônio Líquido	8.364.380,84	8.499.608,94							
Total do Passivo	9.061.412,94	8.782.088,14							

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao longo de 2023, a Prosperidade Empreendimentos Imobiliários S.A. (Prosperidade S.A.) deu continuidade aos trabalhos de regularização do projeto junto aos órgãos da Prefeitura de Mogi Mirim e ao GRAPROHAB. Ultrapassados e superados diversos obstáculos administrativos e burocráticos, foi publicado o decreto nº 9.144 de 2023 que consolidou a aprovação do empreendimento perante a Prefeitura de Mogi Mirim, devidamente corrigido. Em substituição ao contrato com a Tecnisa anteriormente rescindido, a Prosperidade S.A. e a SPE Prosperidade 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda. firmaram novo contrato de desenvolvimento imobiliário com a companhia SPE Yb Mogi Mirim Ltda. No mesmo ano, em cumprimento ao 5º termo aditivo, através de escritura pública, foram integralizadas as matrículas originalmente registradas sob os números 101.793 e 101.347, transportadas para a matrícula 101.794. Ainda em 2023 foram realizados os atos necessários e exigíveis para a escritura pública de hipoteca dos 178 lotes caucionados e previstos no decreto municipal que autorizou o projeto, e que constituem garantia para a realização das melhorias de infraestrutura da região. Entre tais providências, citamos a emissão de 156 (cento e cinquenta e seis) certidões emitidas perante diversos órgãos municipais, estaduais e federais. Tais providências constituem requisitos essenciais para o futuro registro do empreendimento junto ao RGI competente, que será realizado no ano de 2024.



REPARAÇÃO

Portugal reconhece crimes relacionados à escravidão

O presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, reconheceu na terça-feira, que o país "assume total responsabilidade" pelos crimes cometidos durante a escravidão no período colonial e que esses crimes, incluindo massacres coloniais, tiveram "custos" que devem ser pagos. As informações são do jornal britânico *The Guardian*.

"Temos que pagar os custos", disse o presidente português em um evento com jornalistas estrangeiros. "Existem ações que não foram punidas e os responsáveis não foram presos? Existem bens que foram saqueados e não foram devolvidos? Vamos ver como podemos consertar isso."

São raros os casos em que autoridades de Portugal comentam diretamente sobre o passado colonial do país, que foi o maior traficante no comércio transatlântico de pessoas escravizadas - quase 6 milhões de pessoas. Somente para o Brasil, segundo o Ban-

co de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos, vieram cerca de 4,86 milhões de escravos entre os séculos 15 e 19.

Há exatamente um ano, durante a comemoração anual da Revolução dos Cravos, Rebelo de Sousa também afirmou que Portugal deveria pedir desculpas e assumir um papel de maior responsabilidade pelo comércio de escravos, mas não chegou a realizar qualquer pedido de desculpa formal. Na época, o presidente do país também afirmou que a colonização do Brasil teve impactos positivos como a difusão da língua portuguesa.

Um relatório do Conselho da Europa de março de 2021, a principal instituição de direitos humanos do continente europeu, concluiu que Lisboa precisa de mais ações afirmativas para confrontar o seu passado colonial e o seu papel no tráfico de escravos, com o objetivo de combater o racismo e a discriminação.

ONU

Rússia veta resolução contra corrida nuclear

A Rússia vetou ontem, uma resolução da ONU patrocinada pelos Estados Unidos e pelo Japão apelando a todas as nações para evitarem uma perigosa corrida armamentista nuclear no espaço sideral. A votação no Conselho de Segurança de 15 membros foi de 13 a favor, enquanto a Rússia se opôs e a China se absteve.

A resolução apela a todos os países para que não desenvolvam ou implantem armas nucleares ou outras armas de destruição maciça no espaço, conforme proibido por um tratado internacional de 1967 que incluía os EUA e a Rússia, e que concordem com a necessidade de verificar o cumprimento.

A embaixadora dos EUA, Linda Thomas-Greenfield, dis-

se após a votação na qual o presidente russo, Vladimir Putin, afirmou que Moscou não tem intenção de implantar armas nucleares no espaço, que o veto levanta a questão do que o governo pode estar escondendo.

O vice-embaixador da Rússia na ONU, Dmitry Polyansky, respondeu que a impressão inicial de Moscou era que a resolução era "mais um golpe de propaganda de Washington", sendo "muito politizada" e "divorciada da realidade".

O anúncio da resolução seguiu a confirmação da Casa Branca, em fevereiro, de que a Rússia obteve uma capacidade "preocupante" de armamento anti-satélite, embora tal arma ainda não esteja operacional.

BANIMENTO

TikTok vai recorrer contra lei americana

GABRIEL TASSI LARA/AE

O TikTok afirmou, por meio de nota, que é inconstitucional a lei sancionada pelo presidente dos EUA Joe Biden que visa proibir o uso do aplicativo em solo americano enquanto for controlada pela chinesa ByteDance. O aplicativo de vídeos disse que vai contestar a decisão.

O TikTok alertou que a proibição "devastaria sete milhões de empresas e silenciará 170 milhões de americanos", e acusou a decisão de ser

injusta, porque a empresa afirma investir bilhões de dólares para manter os dados de americanos seguros e a plataforma livre de manipulações externas.

A plataforma também enfrenta escrutínio no outro lado do Atlântico, na União Europeia, depois de ter lançado um programa de recompensas que foi acusado pela Comissão Europeia de causar dependência. Após a repercussão, o TikTok informou que vai suspender as funções de recompensa no TikTok Lite.

Nota

INVESTIGADOR DIZ QUE TRUMP FAZIA PARTE DE ESQUEMA ELEITORAL, APESAR DE NÃO SER ACUSADO

Um investigador estadual testemunhou ontem, que considera o ex-presidente Donald Trump e seu chefe de gabinete da Casa Branca como coconspiradores em um esquema para alegar que ele havia vencido em Michigan nas eleições de 2020, apesar da clara vitória do democrata Joe Biden. Trump e Mark Meadows estavam entre os nomes mencionados durante o interrogatório de Howard Shock, cujo trabalho levou a acusações de falsificação contra mais de uma dúzia de pessoas em Michigan. Um juiz da capital do estado está realizando audiências para determinar se há provas suficientes para ordenar um julgamento. Um advogado de defesa, Duane Silverthorn, ofereceu uma série de nomes e perguntou a Shock se eles eram "coconspiradores não indiciados", o que significa que não foram acusados, mas poderiam ter feito parte de uma suposta conspiração para colocar os votos eleitorais de Michigan na coluna de Trump.

PAÍS DO BANG-BANG

CCJ aprova proposta que autoriza estados a legislarem sobre armas

LEVY TELES/AE

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira passada, projeto de lei complementar que autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislarem sobre a posse e o porte de armas de fogo em caso de defesa pessoal, práticas desportivas e de controle de espécies exóticas invasoras.

A proposição faz parte da campanha da bancada da bala contra o "revogaço" proposto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva logo no início do mandato e o Supremo Tribunal Federal (STF), que, em reiteradas oportunidades, declara inconstitucional leis estaduais que facilitam o porte de armas.

O texto foi aprovado por 34 votos a 30, e agora vai a plenário, onde precisará da maioria absoluta - isto é, pelo menos 257 votos dos 513 deputados - para ser aprovado. Da última vez que a

oposição tentou passar uma proposta a favor do porte ou posse de armas, a derrota foi por pequeno margem. Em dezembro de 2023, o grupo tentou sustar o "revogaço" de Lula e perdeu por três votos. Eles obtiveram 254 dos 257 votos necessários.

Deputados governistas questionam a constitucionalidade do projeto de lei complementar. Já os integrantes da oposição argumentam que há no texto constitucional margem para repassar aos Estados parte da responsabilidade que é atribuída à União. Trecho do artigo 22 da Constituição diz que uma "lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas". O material bélico está entre os temas presentes listados nesse artigo.

Governistas, de outro lado, usam o artigo 21 da Carta Magna para embasar o posicionamento. O texto diz que compete à União "autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico".

Atualmente, a legislação sobre

o tema é apenas da competência do governo federal. Na gestão do governo Bolsonaro, o acesso a armas foi ampliado. Quando assumiu, Lula revogou decretos do antecessor para conter a proliferação de autorizações de porte e posse de armamentos.

O projeto de lei complementar em questão permite que os Estados possam conceder a permissão para posse e porte de arma de fogo tanto para defesa pessoal como para práticas esportivas e de controle de fauna exótica invasora, o que pode beneficiar os chamados CACs (coleccionadores, atiradores profissionais e caçadores).

Para isso, é preciso que seja comprovado um componente "cultural e tradicionalista" no uso de armas de fogo, e que o Estado ateste que tem a capacidade de fiscalização de quem possuir armas de fogo e, no caso de invasão de fauna exótica, se houver comprovação de que o Estado está afetado por tal problema.

ASILO POLÍTICO

Moraes arquiva caso de Bolsonaro na embaixada

PEPITA ORTEGA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, disse não ver "elementos concretos" que indiquem que o ex-presidente Jair Bolsonaro, ao passar dois dias na Embaixada da Hungria, em Brasília, pretendia obter "asilo diplomático para se evadir do País e, conseqüentemente, prejudicar a investigação criminal em andamento".

De outro lado, o ministro seguiu parecer do procurador-geral da República Paulo Gonet e manteve medidas cautelares anteriormente impostas ao ex-chefe do Executivo: proibição de manter contato com outros investigados e de deixar o País, com a entrega de passaportes.

Em despacho assinado na terça-feira passada, Moraes destacou ainda como as embaixadas, apesar de terem proteção especial, não são consideradas "extensão de território estrangeiro". Assim, o ministro apontou que não vê, no caso, "qualquer violação" da medida cautelar de "proibição de se ausentar do País".

Gonet havia ponderado a Moraes que a estada de Bolsonaro na embaixada da Hungria "não caracteriza infringência" de nenhuma das cautelares que haviam sido impostas ao ex-presidente. "A perspectiva aventada de busca de refúgio esbarra na evidente falta de pressupostos do instituto do asilo diplomático", anotou.

Bolsonaro chegou ao local no dia 12 de fevereiro, após postar

um vídeo convocando apoiadores para o ato na Avenida Paulista que ocorreu no dia 25. Dias antes, ele teve o passaporte apreendido na Operação Tempus Veritatis.

Instada a se manifestar sobre o caso, a defesa de Bolsonaro destacou a agenda de compromissos do político, "inclusive em relação a lideranças estrangeiras alinhadas com o perfil conservador".

Os advogados do ex-presidente sustentaram que ele "mantém a agenda política com o governo da Hungria, com quem tem notório alinhamento, razão porque sempre manteve interlocução próxima com as autoridades daquele país, tratando de assuntos estratégicos de política internacional de interesse do setor conservador".

STF

Fachin vota para MP investigar mortes em operações policiais

ANDRÉ RICHTER/BRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin proferiu voto ontem para obrigar o Ministério Público a investigar mortes ocorridas em operações policiais.

O entendimento do ministro está no voto proferido durante o julgamento de oito ações de inconstitucionalidade que defendem limitações ao poder constitucional do MP de realizar investigações criminais. Ao votar para confirmar o poder investigatório, Fachin reforçou que o órgão tem a função de exercer o controle da atividade policial.

Dessa forma, o ministro entendeu que a abertura de investigação para apurar mortes ocorridas

em operações é obrigatória sempre que houver suspeita de envolvimento de agentes de segurança pública em mortes ou ferimentos graves em consequência da utilização de armas de fogo. Em caso de descumprimento, será cabível a responsabilização funcional de membros do órgão.

"A ideia é de não inibir uma atividade legítima, que é a atividade policial. Creio que isso contribui para atividade policial e o respeito aos direitos fundamentais", afirmou.

Edson Fachin também votou para garantir que o MP possa pedir perícias em casos criminais e para determinar que os governos estaduais, municipais e estaduais devem, no prazo de dois anos, criar leis para dar independência

aos órgãos de perícia para evitar interferência da polícia no trabalho dos peritos.

Após o voto do ministro, a sessão foi suspensa. O julgamento será retomado hoje.

OPERAÇÕES NO RIO

Fachin é relator das ações que restringiram operações policiais no Rio para conter mortes de moradores de comunidades.

Referendada pelos demais ministros, a decisão limitou o uso de helicópteros e determinou a preservação de vestígios de crimes, além de proibir o uso de escolas e unidades de saúde como bases operacionais das polícias militar e civil. O MP também deve ser avisado com antecedência sobre as operações.

ELEIÇÕES 2024

Boulos tem 35,6%; Nunes, 33,7% e Tabata, 14,7%

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

O deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) tem 35,6% das intenções de voto para a Prefeitura de São Paulo, contra 33,7% do atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), aponta a pesquisa Atlas/CNN Brasil divulgada ontem. Ambos estão tecnicamente empatados dentro da margem de erro de 2,5 pontos percentuais (p.p.). A terceira colocada é a deputada Tabata Amaral (PSB), com 14,7%.

Em seguida, aparecem Kim Kataguirí (União) com 9,4% e Marina Helena (Novo) com 3,5%. Disseram votar nulo ou em branco 2,2% e 0,9% dos entrevistados não souberam ou não responderam. Altino Prazeres Jr. (PSTU) não pontuou.

O resultado da Atlas/CNN Brasil é semelhante aos das pesquisas Datafolha e Real-Time Big Data divulgadas no início de março: Boulos e Nunes também têm empate técnico, embora os percentuais de intenção de voto variem em cada levantamento.

O instituto Atlas Intel entrevistou 1.629 moradores da cidade de São Paulo entre os dias 18 e 22 de abril. O nível de confiança é de 95% e o método utilizado foi o Recrutamento Digital Aleatório (RDA). Diferente do tradicional no Brasil, onde os institutos de pesquisa abordam os entrevistados na rua ou em suas casas, o Atlas realiza as entrevistas online por meio de formulários que aparecem para os usuários durante a navegação na internet.

Todos os pré-candidatos cresceram na comparação com a pesquisa do mesmo instituto realizada entre os dias 25 e 30 de dezembro de 2023, com exceção do nome do PSTU. Os levantamentos não são diretamente comparáveis porque a lista de candidatos é diferente, mas são úteis para indicar os desdobramentos das articulações políticas nos últimos meses.

Na primeira pesquisa, o deputado federal bolsonarista Ricardo Salles (PL) tinha 17,6%. Porém, ele teve a candidatura barrada pelo PL, partido que, com o aval do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), decidiu apoiar a reeleição de Ricardo Nunes. Sem Salles, o prefeito cresceu 15,7 pontos percentuais.

O número de indecisos também despencou. Há quatro meses, 14,1% não sabiam responder em quem votariam, índice que agora é de 0,9%. A eleição paulistana ganhou espaço no noticiário neste período por causa das articulações feitas pelos pré-candidatos. Além do apoio de Bolsonaro a Nunes, Marta Suplicy retornou ao PT para ser vice de Boulos e o apresentador José Luiz Datena (PSDB) fez movimentos para se aliar com Tabata e pode ser colega de chapa da deputada.

A pré-candidata do PSB cresceu 8,5 pontos percentuais, enquanto o crescimento de Boulos foi de 6,1 pontos, de Kataguirí, 4,1 p.p. e de Marina Helena, 2,9 p.p. sempre na comparação com dezembro. A primeira pesquisa também tinha Marcos Vinholi como candidato pelo PSDB.

EMPATE TÉCNICO

A pesquisa também testou cenários de segundo turno entre Nunes e Boulos e Nunes e Tabata. Em ambos os cenários os pré-candidatos estão empatados dentro da margem de erro. Segundo a CNN Brasil, o instituto Atlas não realizou um cenário de enfrentamento entre Boulos e Tabata porque entende que eles disputam o mesmo eleitorado não-bolsonarista.

realizado pela Gollog, empresa da companhia aérea Gol, na segunda-feira passada. O petista também cobrou providências da companhia aérea e uma fiscalização mais ostensiva por parte da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac).

Durante uma cerimônia de assinatura de projetos voltados ao Ministério da Cultura, Lula afirmou que o uso da gravata, que é ilustrada com um desenho de cachorro, era uma forma de protesto ao que ocorreu com o golden retriever.

DESCASO

Lula usa gravata em homenagem a cão morto na Gol

GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) usou uma gravata especial para homenagear o cachorro "Joca", um golden retriever de cinco anos que morreu durante um transporte aéreo